

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

José Cruz/Agência Brasil



Ziulkoski comanda a CNM, mas não é prefeito

A desconfiança na briga dos prefeitos

A desconfiança entre os prefeitos na briga em torno da reforma tributária chegou a tal ponto que há até suspeita de possibilidade de fraude na eleição para escolher os integrantes do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A regra acertada na emenda constitucional da reforma tributária prevê que dessa eleição só poderão participar prefeitos efeti-

vamente eleitos e no exercício dos seus mandatos. Acontece que o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, não é prefeito. Ele administrou o município de Mariana Pimentel, no Rio Grande do Sul, até 2004. A CNM e a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) brigam pelo controle das 27 cadeiras destinadas aos municípios no comitê.

Fraude

E chega mesmo a desconfianças sobre a possibilidade de fraude. Ziulkoski quer disputar as 27 cadeiras porque acha que pode elegê-las todas. Mas ele mesmo, como prefeito, não poderá votar. E a FNP quer garantir que não haja risco de fraude nesse sentido.

Disputa

Tentou-se um acordo para a distribuição das cadeiras. A CNM montaria a chapa que disputaria 14 delas, com o voto absoluto dos prefeitos (cada prefeito, um voto). E a FNP montaria a chapa para as outras 13, com peso proporcional ao tamanho das cidades.

Rudolfo Lago/Correio da Manhã



Sebastião Melo, de Porto Alegre, é o vice da FNP

FNP quer reconhecimento facial para comprovar eleição

A CNM quebrou esse acordo. Acha que pode vencer a disputa pelas 13 vagas proporcionais unindo as cidades que representem 80% dos habitantes do país, incluindo algumas capitais. A FNP não aceita disputar essas 13 cadeiras com a CNM. O impasse está criado, e foi, inclusive, parar na justiça. Isso até adiando a forma-

ção do Comitê Gestor e emperrando a implementação da reforma tributária. Diante disso, a FNP quer ter certeza, quando houver a eleição, que Ziulkoski, que está articulando a chapa da CNM, não venha a dar um jeito de votar irregularmente, uma vez que não é prefeito. É o auge da desconfiança entre os prefeitos.

Conferência

Nas eleições normais, o eleitor é identificado num processo de dupla conferência. Apresenta seu título e, caso haja dúvida, é feito o reconhecimento com um documento com foto. Essa será uma grande eleição virtual, com a participação de mais de cinco mil eleitores.

Cara/crachá

Assim, quer a implementação de uma ferramenta de reconhecimento facial. É algo que já é usado por bancos e até pelo sistema Gov.br. Ao votar, o prefeito teria de tirar uma foto do seu rosto para que houvesse a conferência e se verificasse que é ele mesmo quem está votando.

Perguntas

A conferência do eleitor, assim, terá de ser também virtual. Ziulkoski propôs que fosse feita com perguntas pessoais: data de nascimento, nome do pai ou da mãe, etc. A FNP argumenta que é muito fácil pesquisar qualquer uma dessas respostas na internet.

Esquema

Bem, um esquema desvendado esta semana pela Polícia Federal apontou a possibilidade de fraude mesmo no reconhecimento facial do Gov.br. De qualquer modo, está longe de haver qualquer entendimento entre as organizações dos prefeitos sobre a eleição.

Governo joga a toalha e agora admite CPMI do INSS

Base de Lula agora quer relatoria e presidência da comissão

Rovena Rosa/Agência Brasil



Governo quer Tábata como relatora da CPMI do INSS

Por Gabriela Gallo

O governo federal aparenta ter desistido da resistência em instalar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o esquema de fraudes no pagamento de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), começou a admitir que já não há mais como evitar que a comissão seja instalada, e passou a afirmar que o governo não precisa mais adiar a instalação da CPMI. Na nova estratégia, ele agora diz trabalhar para que a base governista tenha tanto a relatoria quanto a presidência da comissão.

“Não precisamos adiar a instalação da CPMI. Agora é pleitear o comando e a relatoria. Temos deputados e senadores suficientes para ficar com as duas”, disse Randolfe em entrevista à Globonews. Dentre os nomes cotados para compor a bancada da comissão, há uma expectativa de a deputada federal Tábata Amaral (PSB-SP) assumir a relatoria do caso. Ela foi um dos parlamentares da base que assinou o requerimento que pede a abertura das investigações do esquema no Congresso.

Independência

Ao Correio da Manhã, a especialista em Legislativo da BMJ Consultores Associados Gabriela Santana avaliou que a possível indicação de Tábata é uma manobra estratégica “interessante”, já que, apesar

de integrar a base governista, a parlamentar “possui um perfil de independência que poderia conferir uma aparência de maior isenção à CPMI”.

“Penso que, mesmo com essa independência, o governo pode exercer influência, garantindo que a investigação siga uma linha menos prejudicial. Além disso, essa escolha poderia fragmentar a oposição e sinalizar uma abertura ao centro político. Entretanto, ainda assim é uma escolha de certo risco, dado o próprio perfil independente de Amaral”, ponderou a analista política.

O analista político e membro da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) Leonardo Barreto ainda completou que uma eventual indicação de

Tabata Amaral seria uma alternativa para ter alguém ligado ao governo, mas que não seja do PT. “Ela é do PSB, então dessa maneira é uma forma de você ter alguém próximo ao governo, mas que não esteja diretamente relacionado ao PT ou a essa gestão. Isso talvez daria um perfil que pudesse ser aceito pela oposição”, reiterou.

Estratégia

Inicialmente, a estratégia do governo era tentar evitar a instalação da comissão pelo maior tempo que fosse possível. Esse foi um dos principais motivos do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), ter sido convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para participar da comitiva presidencial na viagem à

Rússia e à China – para negociar que Alcolumbre adiasse a leitura do requerimento em sessão conjunta no Congresso.

Mas as chances do senador segurar a leitura do pedido para instalar a comissão por mais muito tempo são baixas. Primeiro, porque ele será bastante pressionado, já que o pedido para a abertura da comissão teve a assinatura de 223 deputados e 36 senadores. Mas para além disso, a oposição pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que os ministros da Corte intimem Alcolumbre a pautar a comissão, tal como foi feito em 2021 na CPI da Covid-19.

Com isso, o governo mudou de estratégia e deve concentrar esforços para jogar responsabilidade para o governo anterior.

Ministro fez “prévia” do que será a investigação na CPMI

Jefferson Rudy/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Com a crise do esquema de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nesta quinta-feira (15), a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal realizou uma audiência pública para ouvir o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz Maciel sobre os desdobramentos e mais informações do caso. De acordo com o próprio INSS, dos nove milhões de aposentados e pensionistas, mais de um milhão de beneficiários solicitaram reembolso de descontos não autorizados, feitos por entidades associati-

vas. Na audiência, o ministro disse que o “ladrão entrou na casa” entre 2019 e 2022, quando foi encerrada a obrigatoriedade da revalidação dos dados, oficializada através da Lei 14.43/2022, assinada durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Wolney reiterou que, com o fim da obrigatoriedade, foram criadas novas associações para agir de maneira irregular.

“O fim da revalidação e da expectativa anterior de que houvesse a revalidação, fez com que cerca de 11 empresas se credenciassem no INSS; empresas novas, associações novas. Essas empresas, que mais tarde descobrimos que eram 100% fraudulentas, a maior parte delas se estabeleceu nesse período. Alcançaram o acordo de cooperação técnica com o INSS e co-



Wolney tentou jogar culpa para o governo anterior

meçaram a operar”, completou o ministro da Previdência.

As investigações da Polícia Federal apontaram que eram descontados valores mensais de aposentados e pensionistas do INSS, sob a justificativa de que os beneficiários teriam se tornado membros de associações de aposentados – o que não era o caso, já que as vítimas não foram vinculadas a nenhuma associação.

Como o pagamento para associações é descontado diretamente da folha de pagamento dos beneficiários do INSS, o ministro da previdência alegou que o governo deve reavaliar os descontos de associações aplicados diretamente na folha de pagamento e fazer alguma alteração nesse sentido.

Demora

Em seu depoimento, o ministro enfatizou que as fraudes começaram antes do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas que foi “o presidente Lula que mandou chamar a polícia” para dar um fim a “essa gangue que roubava os aposentados”. Contudo, senadores da oposição destacaram que as investigações começaram somente em 2024, após denúncias da imprensa que levaram a Controladoria-Geral da União (CGU) a apresentar as denúncias às demais autoridades.

“Análise das atas de 23 reuniões do conselho revelou que o tema só foi oficialmente discutido em abril de 2024, quase dez meses após o primeiro

alerta. Nesse período, segundo auditoria da CGU, os valores descontados chegaram a R\$ 250 milhões por mês, triplicando em menos de um ano”, disse o senador Sergio Moro (União Brasil-PR).

Em entrevistas anteriores, o ex-ministro da Previdência Carlos Lupi confirmou que foi alertado sobre um suposto esquema de fraudes no INSS em junho de 2023 e admitiu que a instituição demorou para tomar uma atitude. Lupi alegou que não tomou providências antes por supostamente falta de provas. A instituição publicou novas regras para que as associações fizessem os descontos nas aposentadorias somente em março de 2024.

Moro questionou a falta de conhecimento do atual ministro da Previdência sobre as denúncias do caso, que ocorreram quando ele era o número dois do ministério. Wolney negou qualquer envolvimento e retrucou que as primeiras denúncias sobre as fraudes foram feitas à Polícia Federal pela primeira vez em 2020, quando Moro era ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Bate-boca

Imediatamente o senador respondeu que os fatos não chegaram a ele quando era ministro (ele deixou o então governo no mesmo ano) e retrucou que Wolney Queiroz tinha mais conhecimentos e condições de agir. A situação gerou um bate-boca entre o ministro e o senador.